

Tempos de dizer, tempos de escutar: as memórias das mulheres que resistiram à Ditadura Militar⁸⁰

Entrevista com Danielle Tega

Janaína de ALMEIDA TELES⁸¹

Janaina de Almeida Teles: Esta conversa/entrevista foi organizada com o objetivo de promover a reflexão sobre o golpe de Estado iniciado em 31 de março de 1964, cuja data precisamos lembrar, a fim de que nunca mais aconteça. A conversa abordará o tema desde a perspectiva das memórias das mulheres que resistiram à ditadura militar no Brasil e na Argentina. Danielle Tega é a convidada para falar a respeito dessas memórias. Ela é doutora em sociologia formada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD) e pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC). Inicialmente, gostaria que a Danielle nos explicasse como surgiu a ideia de fazer o livro “Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina”, o qual resultou de sua tese de doutorado. Em seguida, ela poderia descrever as principais características do seu trabalho.

Danielle Tega: Gostaria de iniciar minha fala agradecendo à professora Janaína Teles, que é uma intelectual e ativista de Direitos Humanos que admiro muito, há bastante tempo. É sempre um aprendizado e uma alegria retomar essa parceria, reunindo-nos para mais uma atividade em conjunto. Gostaria de agradecer também a presença de quem está acompanhando este encontro e ao grupo de pesquisa “Ditadura e Autoritarismo” pela organização do debate.

⁸⁰ Esta entrevista/conversa foi uma iniciativa organizada pelo Grupo de Pesquisa do CNPq “Ditadura e Autoritarismo: Memória, Legado e Justiça”. Ela ocorreu em 27/03/2023, no âmbito do curso de Licenciatura em História da UEMG/Passos. Danielle Tega revisou e realizou alterações, a fim de publicá-la na Revista Histórias Públicas. A entrevista original está disponível no Canal História UEMG Passos. <<https://www.youtube.com/live/emsM90bZ580?si=BFDBgFQwIy7P9bTk>>. Agradecemos a Bruna dos Santos Farinazzo por organizar a transmissão da entrevista. Agradecemos ainda a Bruna Lopes Ferreira e a Júlia Tavares Rocha pela transcrição da entrevista.

⁸¹ Profª. Dra. de História do Brasil da UEMG/Passos.

Gostaria, ainda, de registrar este nosso encontro como uma *femenagem* à professora Elisabeth, assassinada hoje em um evento que deixou diversas pessoas feridas⁸². Esta segunda-feira tem sido um dia difícil, pesado, mas é um dia de luta, no qual observamos tanto a violência contra as mulheres como a violência racista. Não por acaso, o assassino que se voltou contra a professora havia sido questionado por ela após atitudes racistas. Todas essas violências, que estruturam a sociedade, estão muito presentes hoje, assim como estavam no período da ditadura militar. Por isso, gostaria de deixar registrado nesta conversa esta *femenagem* à professora Elisabete.

Minha proposta aqui é compartilhar com vocês os caminhos que trilhei durante a minha pesquisa de doutorado, realizado entre 2010 e 2014. Essa investigação resultou no livro intitulado “Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina”, publicado em 2019⁸³. Inicialmente, pretendo apresentar os objetivos e os recortes estabelecidos, ou seja, como foram construídos os temas e os capítulos do livro. Em seguida, buscarei mencionar alguns trechos de testemunhos da militância, da repressão e da resistência. A partir deles, apresentarei algumas considerações, levando em conta as articulações existentes entre gênero e memória.

O recorte da minha pesquisa baseia-se em “memórias de mulheres” que: a) militaram em movimentos, partidos ou organizações clandestinas contra as ditaduras militares do Brasil e da Argentina; b) realizaram tarefas, operações ou outros tipos de colaboração a esses movimentos, partidos e organizações; c) sofreram perseguições políticas, foram presas ou sequestradas, ou que chegaram a figurar como desaparecidas políticas, mas sobreviveram a essas experiências traumáticas do cárcere, da tortura, do estupro e do desaparecimento forçado de companheiras e companheiros.

Além desses critérios, meu recorte contemplava as “memórias de mulheres” que escreveram e produziram seus testemunhos, colocando-os em circulação, até 2014 – ano da entrega do “Relatório da Comissão Nacional da Verdade”⁸⁴. Ou seja, trabalhei com um tipo específico de memória, uma memória que teve mediação pública ao ser colocada em circulação pelas próprias militantes que, de algum modo, materializaram suas experiências em múltiplos formatos testemunhais. Essa ressalva é importante, pois

⁸² Trata-se da professora Elisabeth Tenreiro, esfaqueada por um aluno em uma escola estadual na zona oeste de São Paulo.

⁸³ TEGA, Danielle. *Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2019.

⁸⁴ BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. 3 vol. Brasília: CNV, 2014.

existem diferentes perspectivas de estudos da memória. Há muitas pesquisas sobre mulheres que atuaram em movimentos sociais, que realizaram tarefas políticas em organizações e foram presas. Geralmente, estas pesquisas se aproximam da metodologia da história oral. Podemos citar, como exemplos, o trabalho do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), da UFSC, que possui um acervo gigantesco, contendo entrevistas com militantes de diferentes países da América Latina, ou o Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos – Diversitas, da USP, que possui um acervo riquíssimo de testemunhos de presos e presas políticas, constituído, sobretudo, pela pesquisa da professora Janaína Teles. Testemunhos que ela analisou em sua tese de doutorado⁸⁵, os quais estão disponíveis também no Arquivo Edgard Leunroth (AEL) da Unicamp. A professora Janaína recolheu ainda os testemunhos dos familiares de mortos e desaparecidos da ditadura militar, a partir dos quais reconstruiu a história de suas lutas no seu mestrado⁸⁶. Há também vários registros de testemunhos, depoimentos que foram recolhidos em dissertações, teses e livros que abordam a atuação das mulheres em organizações específicas.

Assim, em relação ao tema, não há novidades em minha investigação. Penso que a contribuição do livro está, sobretudo, no levantamento inédito e na análise de testemunhos compreendidos em diferentes materiais públicos pelos quais as mulheres manifestaram suas memórias, como livros (autobiografias, romances, poesia, coletâneas) e filmes (ficção e documentários). O que desejo demonstrar é que esse tipo de memória pode ser uma outra forma de fazer pesquisas sobre essa temática. Nesse sentido, destaco alguns desses testemunhos utilizados como fonte de pesquisa.

Por exemplo, utilizei os livros escritos por Flávia Schilling “Querida família” (1978) e “Querida liberdade” (1980) – o primeiro, constituído a partir das trocas de cartas escritas por ela para a família; o segundo, publicado com base na correspondência entre amigos e amigas, companheiros e companheiras de luta.

Outro livro analisado foi “Memórias das mulheres no exílio”, publicado em 1980. Examinei, ainda, o livro “Revolta das vísceras”, de Mariluce Moura, publicado em 1982

⁸⁵ TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

⁸⁶ TELES, Janaína de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por ‘verdade e justiça’ no Brasil*. Dissertação de Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

pelo Pasquim, cujo subtítulo é: “Uma visão feminina da luta armada do Brasil, uma história de paixão e morte”. Vale mencionar também o filme “Que bom te ver viva”, dirigido pela Lucia Murat (1989), o qual acredito que a Janaína tenha indicado para vocês assistirem, porque ele tem um vínculo grande com o tema que estamos propondo debater hoje. Do mesmo modo, analisei o livro da Derlei Catarina de Luca, que se chama “No corpo e na alma” (2002); o livro “Duas vozes” (2007), da Yara Gouvêa e Danielle Birk; “Diálogo para um só personagem” (2011), de Ana Mércia Silva Roberts, e “Réquiem por ‘Tatiana’” (2013), de Sylvia de Montarroyos.

Não vou citar todas as fontes que encontrei. Ademais, sei que a pesquisa tem algumas lacunas e felizmente outros inventários têm sido feitos sobre esse tipo de produção, procurando incorporar publicações que eu não havia elencado na época da meu estudo doutoral ou do momento em que publiquei meu livro.⁸⁷ Trago essas referências para vocês terem uma ideia do tipo de material com o qual trabalhei.

Gostaria de mencionar também alguns livros argentinos que analisei na pesquisa, tais como “Pasos bajo el agua” (1987), “Pájaro sin luz” (1999), “Redes de la memoria” (2000), “Sueños sobrevivientes de una montonera – a pesar de la ESMA” (2000), “Nosotras, presas políticas” (2006), “Memorias de una presa política” (2006), entre outros. Trabalhei ainda com os filmes “Memorias de un escrito perdido” (2010) e “Campo de batalla, cuerpo de mujer” (2013).

Vale a pena assinalar o que me levou a fazer esse amplo levantamento de materiais sobre os quais me debrucei. Durante a escrita do meu mestrado, defendido em 2009 e publicado no ano seguinte,⁸⁸ fiz uma pesquisa sobre o filme “Que bom te ver viva”. Ao participar de eventos acadêmicos, escutava de muitas pesquisadoras a mesma fala: “As mulheres não escreveram suas memórias sobre a ditadura, apenas os homens o fizeram.” Eu mesma cheguei a repetir essa frase algumas vezes, até resolver investigar se elas tinham ou não escrito sobre suas memórias. E não apenas verificar *se* elas escreveram,

⁸⁷ As referências completas de todos os testemunhos brasileiros aqui citados, além de outros incorporados, posteriormente, à publicação do livro em tela, encontram-se no seguinte artigo: TEGA, Danielle. História impertinentes: memórias políticas de mulheres no Brasil (1978-2014). *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v.23, n.42, p.109-133. jul./dez. 2021.

⁸⁸ TEGA, Danielle. *Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Unesp, 2010. Disponível em: <https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/mulheres-em-foco/>. Acesso em 26 de novembro de 2023.

mas *o que* expressaram em suas memórias. Foi essa inquietação inicial que me motivou a buscar essas obras.

Isso posto, gostaria de apresentar três temas que se sobressaem nesses materiais: o primeiro é a militância, em seguida, a repressão e, depois, a resistência. Estou pensando em resistência em uma dimensão micro, a qual foi construída durante o período em que essas mulheres já se encontravam presas.

Ao falar sobre essas memórias, é importante seguir um alerta feito pelo historiador Enzo Traverso, que ressalta a necessidade de um esforço para nos afastar de certa “sacralização da memória das vítimas”⁸⁹ para, assim, não negligenciar os compromissos políticos de quem estava na militância. Desse modo, podemos entender que a tarefa dessas mulheres que colocaram suas memórias em circulação, que escreveram sobre suas experiências na luta contra a ditadura, foi também uma tarefa de testemunhar pelos companheiros e companheiras torturadas, assassinadas ou desaparecidas. Esses testemunhos se constituem como um trabalho de memória que não é apenas individual, mas também coletivo.

Nesse trabalho de memória realizado, elas colocaram em circulação suas memórias a fim de problematizar a própria experiência, fazendo, muitas vezes, críticas ao partido ou à organização política da qual participaram. Elas trazem à tona o debate em torno da clandestinidade, destacando as relações de gênero na militância. Gostaria de apresentar a vocês dois ou três trechos dessas obras, já assinalando que fiz um recorte arbitrário, na medida em que não estabeleci uma ordem cronológica ao apresentar essas obras. Aliás, vale dizer que a separação entre militância, repressão e resistência não foi estabelecida por elas, mas por mim enquanto pesquisadora. Esses três temas aparecem muito misturadas nas diferentes obras por mim analisadas.

A título de exemplo, destaco um trecho do livro “Nesta terra, nesse instante” (2000), de Marília Guimarães, militante da VPR e da VAR-Palmares, no qual a militante afirma o seguinte:

Clandestinidade é a expressão mais sofrida e iluminada nesta história. É obscuro. A noite em plena luz do dia, é estar na multidão tentando se confundir dentro dela. (...) Mas é também o despertar pleno da coragem. É o nascimento. É seguir em frente, sem temores. É ir em busca do encontro definitivo com a liberdade.

⁸⁹ TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de esquerda: marxismo, memória e história*. Tradução de André Bezamat. Belo Horizonte: Áyiné, 2018.

Gosto muito dessa passagem, porque ela demonstra toda a ambiguidade da condição de estar na clandestinidade, que é sofrida, mas iluminada, é obscura, mas é também “o despertar pleno da coragem”. A autora consegue sintetizar algumas das contradições que atravessam essa experiência.

Lembro ainda o livro da Yara Falcão, militante da POLOP e do POC, intitulado “Mergulho no passado, a ditadura que vivi”, publicado em 2007. Em certo trecho, a autora diz: “Eu não podia me afrouxar. Afinal, a saudade combinava com pequeno burguês e não com socialistas.” Aqui, ela faz uma crítica ao endurecimento exercido pelo partido, no qual algumas questões não seriam debatidas, porque eram consideradas de teor pequeno-burguês.

Já no livro argentino “Mujeres guerrilleras”, lançado originalmente em 1996, uma das participantes conta que ela e o companheiro militavam em pé de igualdade na organização à qual integravam, fazendo as mesmas tarefas. Na hora em que surgiu uma promoção dentro da organização, porém, ele foi promovido e ela, não. Ao questionar a direção sobre tal fato, recebeu a resposta que, por ser homem, ele seria mais livre do que ela; ele poderia dormir fora de casa etc.

A fim de continuar no tema das relações entre gênero e militância, menciono o livro da Derlei Catarina de Luca, militante da AP, intitulado “No corpo e na alma”, publicado em 2002, no qual a autora afirma:

Os homens vão para o campo, as mulheres para as fábricas nas cidades (...). Como pela teoria revolucionária leninista, o operariado é a classe dirigente da revolução, brincamos com eles nos intervalos: ‘neste caso, nós, mulheres, vamos estar junto da força dirigente’ (...). Mas a estratégia é o cerco da cidade a partir do campo, segundo a teoria de Mao Tsé-Tung. Para lá são mandados os melhores quadros e militantes, separando noivos e casais.

Em outro trecho, Derlei de Luca diz o seguinte: “A Ação Popular separou dezenas de casais e namorados. Essas separações afetivas, discutidas politicamente, foram uma das provas mais duras impostas pela direção aos militantes.” Gosto de destacar essa passagem porque ela sublinha um aspecto relevante: ainda que essa crítica à direção pudesse estar presente no período de militância, e até mesmo ser discutida entre as mulheres da AP, ela apenas se tornaria “uma das provas mais duras impostas pela direção” no momento de sua escrita. Em outras palavras, essa crítica apenas se tornaria manifesta após uma elaboração da experiência feita a partir do testemunho. Isso nos leva a outro

ponto relacionado aos estudos da memória, que são as diferentes temporalidades que abarcam o testemunho: a memória não é apenas uma lembrança de algo que aconteceu no passado, mas é também toda a experiência posterior, incluindo o momento presente de sua materialização – em falas, textos ou imagens.

Ainda em relação à militância, podemos dizer que, em muitos testemunhos, as mulheres colocam em cena depoimentos sobre gravidez e maternidade, como a pergunta presente no livro de Derlei de Luca: “O que deu em nós de esperar filho nestas condições?”. Ao mesmo tempo, outros testemunhos expressam o assunto da gravidez enquanto possibilidade de trazer ao mundo o “novo homem”, como explicitado por muitas argentinas. Ou seja, são temas que aparecem de forma muito diversa nos testemunhos analisados, por conta de diferenças entre os grupos políticos ou entre as mulheres e suas experiências posteriores ao período retratado.

Além da militância, gostaria de abordar a questão da repressão. Quando se trabalha com esse tema, surge sempre a seguinte questão: a tortura foi diferente para homens e mulheres? Vale a pena destacar que a tortura é uma prática contra a qual devemos lutar incessantemente, como expressam os lemas “Ditadura Nunca Mais”, “Tortura Nunca Mais”. Mas o que essas mulheres e seus testemunhos e memórias buscam transmitir? Ao falar da especificidade de gênero na tortura, busca-se entender que os corpos de mulheres e de homens eram feminizados, o que, nas mãos da repressão, significava serem tratados como “coisas” inferiores.

Sobre este tema, Graciela Sapriza, militante e pesquisadora uruguaia, afirma: “Na tortura, a assimetria de poderes entre homens e mulheres foi revelada ao extremo.” Isso não significa dizer que foi pior, porque, no universo da tortura, não existe esse tipo de classificação, ou seja, a que foi pior ou melhor. Significa dizer que um certo sistema dicotômico existente na sociedade em relação aos corpos lidos como femininos, um sistema de atração *versus* repulsão, estava presente na situação de tortura. Por um lado, os corpos femininos eram classificados como algo o desejável, esbelto, sexy; por outro, esses mesmos corpos eram classificados como algo repugnante, velho e feio, associados, por exemplo, ao corpo da menstruação e do parto. Ora corpos a serem penetrados, ora corpos a serem repelidos, mas, em todos os momentos, corpos a serem humilhados.

Como explica a socióloga argentina Elizabeth Jelin, as informações existentes sobre a tortura indicam que o corpo feminino sempre foi um objeto especial para os

torturadores, e as sevícias pelas quais as mulheres passavam incluíam sempre alta dose de violência sexual. No caso dos homens, a questão de gênero também estaria da mesma forma presente, pois a tortura e a prisão implicavam um ato de feminização de corpos lidos como masculinos, transformados em seres passivos, dependentes e impotentes, com a imposição da virilidade militar.⁹⁰

Nesse sentido, vale lembrar alguns tantos testemunhos relacionados à questão da tortura. No filme “Que bom te ver viva”, por exemplo, podemos observar muitos desses depoimentos. Um dos quais destaco é o da Regina, no qual ela diz: “Fui despida e procuraram até dentro da minha xoxota mesmo se existia alguma arma. Coisa que eles sabiam que não teria mesmo; acho que era um negócio muito mais para me degradar.” Regina estava grávida e sofreu um aborto por conta das torturas sofridas. Já no filme argentino “Campo de batalha, corpo de mulher”, uma depoente diz: “As mulheres, em particular, fomos manuseadas desde o primeiro dia. Começaram os manuseios e os insultos. Somos mulheres? Somos putas, se somos militantes.”

A questão de ser considerada militante e, portanto, “puta”, foi algo tão presente na Argentina que deu origem ao livro “Putas e guerrilheiras”. Como explicam suas autoras, as sobreviventes sofreram um duplo estigma: “A hipótese geral era que, se estávamos vivas, éramos deladoras e, além disso, prostitutas”. Vejam o horror com o qual essas mulheres tiveram de lidar! Na Argentina, houve muitos casos de mulheres que foram obrigadas a conviver com seus torturadores e, por isso, foram rechaçadas pelos companheiros de seus próprios partidos e até por companheiras. Miriam Lewin, por exemplo, uma das autoras desse livro, diz que, enquanto ela mesma não havia passado por essa situação, ela também via essas mulheres de forma preconceituosa, como se as militantes estivessem “tendo um caso” com os torturadores. Na verdade, essas mulheres eram presas políticas e não tinham autonomia diante da circunstância que estavam vivendo.

Gostaria de abordar agora o terceiro tema, o da resistência, ou melhor, das práticas de resistência que ocorreram naquele contexto repressivo, tanto na prisão, quanto nos centros clandestinos. Nesse cenário, uma militante argentina expôs algo que parece pequeno e cotidiano, mas que, naquele momento, teve um significado gigantesco. Ela

⁹⁰ JELIN, Elizabeth. El género en las memorias de la represión política. *Mora* – Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género. Buenos Aires, n.7, 2001, p.128-137. Grifos da autora.

relata que, após ser torturada, foi colocada em uma cela: “De repente, uma mão tocou meu ombro tirando-me abruptamente daquela paisagem: ‘Aqui somos todas presas políticas. Descanse nesse colchão, amanhã conversamos. Por enquanto, descanse e fique tranquila. Meu nome é Berta’.” A militante completa que essas poucas palavras foram “o suficiente para me devolver a alma ao corpo”.

Esse tema aparece em outros testemunhos, como o de Eleonora Menicucci de Oliveira, publicado no livro “Tiradentes: um presídio da ditadura” (1997): “No meu caso, quando cheguei, recebi da Joana e da Dilma, duas antigas amigas de militância em Belo Horizonte, um imenso afeto e carinho que me ajudou a segurar as barras emocionais.” Nesse mesmo livro se encontra o testemunho de Dulce Maia. Ela relata que, quando os repressores foram buscá-la para nova sessão de tortura, suas companheiras de cela, na “Torre das Donzelas”, tentaram barrar essa transferência, organizando uma manifestação:

Quando foram me buscar na cela, todas elas se juntaram num círculo no centro do qual eu estava sentada, formando com seus corpos uma barreira de proteção. O significado desse gesto e a emoção que ainda sinto são indescritíveis. Eu era parte de um todo, e há tempos eu não sentia isso na pele com tanta força. E aquele curto instante que durou a manifestação pareceu eterno.

Para finalizar, proponho uma reflexão sobre a centralidade da questão de gênero e memória na atualidade, a fim de encontrar espaços de escuta para as mulheres que passaram por essas situações, mas, sobretudo, para ressaltar o fato de que esses testemunhos criam um espaço de resistência, dialogando com as experiências de outras mulheres. Esses testemunhos não estão associados apenas com experiências de mulheres que lutaram contra a ditadura, mas também com as de mulheres negras, indígenas, camponesas, com pessoas LGBTQIAPN+, afinal, ainda estamos vivendo um contexto de negacionismo, revisionismo e feminicídio, no qual muitos indivíduos continuam se colocando favoráveis à tortura, sem constrangimentos. Recuperar essas memórias nos ajuda a entender o momento atual. Considero que essas memórias estão muito articuladas com as demandas do presente, com problemas com os quais ainda temos de lidar. Agradeço a escuta e me coloco à disposição para continuar este bate-papo.

J.A.T.: Muito obrigada. Em seguida, abriremos o debate ao público, de maneira que lerei as perguntas e comentários das pessoas. Enquanto isso, gostaria de fazer um comentário

e uma pergunta. Eu trabalhei com história oral de presos políticos e entrevistei mulheres presas nos cárceres da ditadura militar para realizar minha tese de doutorado. Na minha pesquisa de mestrado, trabalhei com a metodologia de história oral, registrando os testemunhos dos familiares de mortos e desaparecidos desse período. Gostaria de refletir a respeito de uma questão colocada no início da sua apresentação: você comentou que havia muitos testemunhos tanto de mulheres, quanto de familiares dos mortos e desaparecidos. Se entendi corretamente, penso um pouco diferente, pois não conheço muitas entrevistas realizadas com familiares no Brasil. Muitas mulheres, muitas pessoas da geração das mães e pais dos mortos, desaparecidos e prisioneiros políticos morreram sem serem entrevistados, sem deixar nenhum tipo de registro a respeito de sua luta e da sua experiência. Infelizmente, no Brasil não observamos o respeito dispensado à memória das Mães ou Avós da Praça de Maio, muito presente na Argentina. Lá há muito mais registros sobre a história delas, sendo possível acessar ou observar muitas pesquisas, manifestações, homenagens e homenagens a essas/es ativistas do que no Brasil.

Amanhã, dia 28 de março de 2023, os familiares de mortos e desaparecidos da ditadura militar se encontrarão com o ministro dos Direitos Humanos para tentar retomar o debate acerca as questões pendentes relativas a essa pauta, após muitos anos de silenciamento desse tema no Brasil. O fato de os familiares solicitarem uma audiência pública com o ministro demonstra que essa questão está muito mal resolvida no Brasil, mais do que em outros países do Cone Sul da América Latina.

Outra questão sobre a qual gostaria de ouvir seu comentário é: qual o balanço que você faz dos relatos registrados em filmes, livros e entrevistas das mulheres que resistiram à ditadura no Brasil e na Argentina? Qual a visão que predomina sobre a experiência dessas mulheres nos dois países? Predomina uma avaliação positiva? Há diferenças significativas nas memórias sociais sobre as mulheres nos dois países? Quais são os aspectos mais importantes que você identifica em um balanço sobre a experiência dessas mulheres?

D.T.: Talvez eu não tenha me expressado bem, porque, na verdade, ao citar algumas pesquisas e instituições que coletaram testemunhos e materiais relativos a militantes e a presos e presas políticas, queria apenas enfatizar que o tema de minha própria pesquisa não era, em si, algo novo. Sua tese de doutorado está nessa fortuna crítica que recupero

em meu livro. Ocorreu que, durante minha fala, acabei me lembrando também de seu mestrado sobre familiares de mortos e desaparecidos e concordo contigo que não há muitas pesquisas a respeito das memórias dessas famílias – lembro, agora, do trabalho da Desirée Azevedo,⁹¹ por exemplo. Além disso, considero que, mesmo que existam pesquisas sobre as memórias dos presos e das presas políticas, ou de seus e suas familiares, esse é um tema que dificilmente se esgota. Novas perspectivas e novos olhares serão sempre importantes, porque se constituem em meios para continuarmos esse processo político, que envolve tanto a pesquisa acadêmica, quanto o comprometimento com essa luta.

Sobre o balanço a respeito das experiências das mulheres que resistiram às ditaduras no Brasil e na Argentina, talvez o que sobressaia tanto nos testemunhos do Brasil quanto nos da Argentina seja o reconhecimento das contradições na militância, nos grupos e partidos políticos da época, como a constatação do machismo e das hierarquias nas organizações, e de certa rigidez em temas como amor, afeto, saudades.

Ao ressaltar a questão da existência de ambiguidades na experiência de clandestinidade, as militantes expressam, ao mesmo tempo, que a militância foi uma escolha – ainda que, no caso da clandestinidade, tenha sido uma “escolha imposta” pelas condições políticas daquele momento histórico. Mas esses testemunhos destacam, sobretudo, que eram escolhas pela vida, pela luta, relacionadas ao desejo, ao prazer de participar de um processo revolucionário. Elas não subestimam que tinham agência, mesmo em um contexto tão repressivo.

São poucos os relatos que fogem disso, que afirmam arrependimento ou algo no seguinte sentido: “eu jamais participaria disso novamente”. De todo modo, é fundamental ter esse cuidado ao trabalhar com testemunhos: não estamos apenas lidando com uma ocasião histórica específica sobre a qual se relata algo, mas sim com tudo que aconteceu depois. No momento em que elas escreveram suas memórias, todos os processos pelos quais passaram após certo acontecimento também estão presentes, não há como contornar esse aspecto. Então, mesmo nos poucos casos que relatam arrependimento, esse sentimento não está necessariamente relacionado apenas ao período de militância, mas também a experiências posteriores. Penso que esse é um caminho metodológico

⁹¹ AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Ausências incorporadas: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

importante a ser seguido nos estudos de testemunhos. Nesse sentido, parece-me muito interessante esse tipo de “trabalho de memória” que as militantes fazem: criticar as organizações e seus dirigentes não significa invalidar a importância de suas lutas e de suas participações nesses grupos, ao contrário, indica uma reflexão somada às vivências que tiveram depois desse período.

Muitos testemunhos analisados foram publicados em um contexto de no qual os movimentos de mulheres e feministas ganhavam força. Aliás, muitas dessas militantes também participaram desses movimentos. Então, quando testemunham sobre suas atuações no período ditatorial, elas já dispõem de toda essa experiência posterior e podem avaliar os anos da ditadura com um olhar crítico. Eu considero maravilhoso poder olhar criticamente para esse passado, sem, contudo, dizer que foi mera “experiência infantil”, por exemplo. Ao contrário, elas afirmam que queriam participar da luta, na qual estavam inteiras, porque acreditavam que era algo necessário – mas isso não as impede de observar as contradições de suas organizações.

J.A.T.: O meu trabalho dialoga com o seu e, nesta conversa, surgiram muitas questões sobre as quais eu gostaria de perguntar. Por exemplo, durante a minha pesquisa, entrevistei 107 presos e presas políticas, na quais percebi que a convivência, o cotidiano no cárcere se desenvolveu melhor entre as mulheres presas do que entre os homens. Eles enfrentaram mais conflitos, engalfinharam-se muito em torno das discussões a respeito de fazer ou não autocrítica da experiência da luta armada, o que se constituiu em motivo de muitos conflitos dentro dos presídios políticos. Parece-me que as mulheres souberam conversar melhor sobre esse aspecto e conviveram melhor com as diferenças no cotidiano na prisão, o que é algo bastante interessante.

É possível notar no filme “A torre das donzelas”, de Susanna Lira (2018), porém, que problemas similares estiveram presentes entre as mulheres também. Nesse filme, há um depoimento de uma presa política, no qual ela relata que foi estigmatizada porque não resistiu à tortura e acabou dando informações preciosas para a repressão. O pai dela foi assassinado, sob tortura, no DOI-Codi/SP⁹², onde toda a família estava aprisionada. Nesse contexto, ela não foi bem acolhida no coletivo das mulheres no presídio Tiradentes. De

⁹² O Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), órgão de órgão de repressão política, foi um dos mais atuantes centros de tortura, desaparecimento forçado e assassinato de pessoas perseguidas políticas durante a ditadura.

acordo com os testemunhos que recolhi, esse tipo de situação ocorreu diversas vezes entre os homens. Nesse sentido, pergunto como as mulheres lidaram com esse problema nos testemunhos analisados por você? Tendo em vista que é muito difícil resistir à tortura, quase todo mundo acabou fornecendo algum tipo de informação para a repressão. As torturas da repressão eram sofisticadas, a fim de impor o máximo de sofrimento às prisioneiras e aos prisioneiros.

D.T.: É muito interessante essa distinção que você traz a respeito do período de prisão e como se deram as sociabilidades entre os homens e entre as mulheres nos cárceres. Penso que é importante, contudo, ressaltar que também existe uma escolha política na hora de lembrar: elas dão ênfase às relações de solidariedade construídas naquele momento. Não se trata apenas de uma escolha pessoal. Repito para não perdermos essa dimensão e para evitar criar uma lacuna entre a experiência vivida na prisão e aquilo que elas narram – seja para uma pesquisadora como eu ou como você, seja nos livros ou filmes, como o “Torre das Donzelas”.

Quando elas lembram aquele período, temos de considerar que os fatos podem não ter acontecido exatamente como aparecem nos relatos dos filmes, livros etc. Esta é uma escolha política: expor e dar ênfase às relações de solidariedade, às relações de troca, de afeto, amizade e acolhimento que experimentaram. O caso que você traz permite pontuar que essas situações não ocorreram em todos os momentos nos quais elas ficaram diante de uma experiência desse tipo. Vale também pontuar que esses testemunhos estão tentando lidar com os sentimentos de culpa e de vergonha por ter sobrevivido: não é fácil sobreviver quando seus companheiros e suas companheiras de luta estão sendo assassinadas. E os testemunhos estão tentando dar conta disso: falar em nome de companheiros e companheiras que se foram, que caíram nas garras da repressão. Por isso, parece-me que estamos tratando também de escolhas políticas, quando as mulheres que narram suas experiências dão destaque a determinados aspectos. O que não significa dizer que entre elas não tenha havido conflitos, que elas não tenham discutido sobre fazer ou não autocrítica. Significa apenas que elas preferem transmitir e enfatizar outras situações.

Eu gosto, particularmente, da forma como finalizei o meu livro, falando exatamente dessas ações de resistência em um momento no qual tudo estava direcionado para a destruição. E resistir, naquele contexto, é subversivo. Penso que, no momento de

escrita, elas subvertem uma vez mais, especialmente quando enfatizam essas práticas de solidariedade e construção de bons afetos. Vale dizer novamente: elas testemunham após passar por diferentes experiências após saírem da clandestinidade ou da prisão. Muitas delas passaram por coletivos feministas, outras por discussões e roda de mulheres que aconteceram em diferentes espaços na época da luta pela Constituinte, por exemplo. Suas experiências estão atravessadas por todos esses debates posteriores.

Por isso, não consigo desatrelar a construção das memórias feita pelas mulheres de uma certa leitura feminista. Isso não significa dizer nem que elas sejam feministas, nem que suas obras sejam feministas, mas que os testemunhos delas dialogam, de diferentes formas, com os movimentos feministas, porque são construídos como outros produtos culturais, permeados por essas discussões.

J.A.T: Sim, com certeza. Hoje, fala-se de “feminismos” no plural, pois há uma grande pluralidade de perspectivas no debate a respeito do feminismo. Pode-se definir o feminismo como a atuação de quem luta pelos direitos das mulheres ou em defesa da igualdade política, social e cultural. Se olharmos para o passado desde este ponto de vista, aquelas ativistas eram feministas ou se tornaram feministas. Muitas delas relatam que se tornaram feministas na prisão, porque se surpreenderam com a própria capacidade de resistir à tortura, de resistir às experiências-limite envolvendo o cotidiano dos cárceres da ditadura militar. Elas mesmas tiveram de se questionar sobre essas experiências e acabaram se tornando feministas e atuando em movimentos que defendiam esta pauta.

Passo agora a palavra para o público. Camila Alves Maia Silveira menciona que a Amelinha Teles, quando lançou seu último livro na UEMG Passos, comentou que as mulheres amedrontavam os torturadores, em decorrência de sua força de luta. Ela gostaria que você analisasse esse testemunho da Amelinha, se essa posição aparece nos testemunhos com os quais você trabalhou.

O Fábio Esteves pergunta de que forma as experiências das mulheres prisioneiras políticas da ditadura brasileira podem inspirar e influenciar a luta feminina por mais igualdade e justiça atualmente. E, em seguida, a Camila Alves M. Silveira perguntou em que medida é possível fazer um paralelo entre a luta das mulheres durante a ditadura, e na atualidade e qual o papel das mulheres na luta anti-bolsonarista, tendo em vista que parece haver muitas semelhanças ideológicas nesses embates.

D.T.: Obrigada pela pergunta, Camila, ao retomar a fala da Amelinha Teles a respeito do fato de que as mulheres amedrontavam por sua capacidade de luta. Eu gostaria de expandir o tema para pontuar que não apenas as mulheres, mas também os corpos dissidentes, os corpos trans e travestis, os corpos negros e indígenas, aqueles corpos que não são brancos nem heterocisnormativos, amedrontam. Muitos casos de violência dos quais tratamos aqui ocorrem porque esses corpos enfrentam ou desafiam o que já está estabelecido enquanto norma.

Não tenho condições de falar diretamente sobre a experiência específica da tortura, falo com base nos testemunhos lidos e analisados. Não foi apenas a Amelinha que tratou dessa questão. Lembro-me de um texto da Eleonora Menicucci de Oliveira⁹³, no qual ela relata que foi durante a prisão e a tortura que ela sentiu a própria força em seu corpo e esse aspecto se tornou determinante para ela ter se tornado feminista.

Gostaria, porém, de expandir a perspectiva, tal como pontuei a respeito dos outros corpos que abalam o sistema heterocisnormativo, porque considero que desse modo consigo também fazer relações com as outras questões colocadas. Parece-me que a pergunta do Fábio sobre como as experiências das mulheres presas políticas podem inspirar e influenciar a luta por igualdade e justiça nos dias atuais, tem a ver com isso. Primeiro, porque nos ajuda a entender que toda luta é um processo. A luta travada por essas mulheres que participaram de grupos armados ou organizações que resistiram à ditadura de alguma forma, tanto as clandestinas como as legais, censuradas, perseguidas e até dizimadas, colocam-nos questões a respeito da busca de um projeto político outro. Se, por um lado, esses grupos podem e devem ser questionados a respeito de seus limites e escolhas, por outro, também podem ser inspiradores para que pensemos nas possibilidades de projetos políticos revolucionários. Enquanto pesquisadores, pesquisadoras ou ativistas que almejamos um mundo diferente, com igualdade e justiça, precisamos conhecer quais eram esses projetos políticos derrotados pela repressão ditatorial.

Ao buscar conhecer esses projetos, precisamos analisar se eles têm a ver com o nosso contexto atual, se a luta contra a ditadura militar tem a ver com a luta anti-

⁹³ OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. As relações de Gênero entre mães e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência. Labrys - estudos feministas. Paris/Montreal/Brasília, jan-dez 2009. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/leo.htm>. Acesso em 26 de novembro de 2023.

bolsonarismo. Eu concordo que há muitas semelhanças. Lembro-me dos dias próximos à eleição de 2018, quando eu participava do Projeto-movimento das Promotoras Legais Populares (PLP), em Jundiaí (SP), e fizemos uma atividade analisando o plano de governo do então candidato Jair Bolsonaro, que seria eleito Presidente da República. Os termos utilizados em seu plano de governo eram muito semelhantes aos utilizados pela ditadura militar contra as organizações de oposição ou qualquer tipo de pensamento à esquerda. Sim, há muitos pontos em comum, mas, entre uma experiência histórica e outra, muita coisa aconteceu e há muitas diferenças também.

Penso que essas memórias e experiências são inspiradoras e nos ajudam a entender melhor o tempo presente, a entender quais memórias foram construídas e legitimadas, ganhando muita força na atualidade. Contudo, precisamos ter um olhar atento ao que tem acontecido, porque este é um outro momento histórico, um momento em que as políticas neoliberais desarticularam grande parte da classe trabalhadora e interromperam investimentos sociais do Estado. O horror que aconteceu durante a pandemia e o governo genocida de Bolsonaro fazem parte de um contexto bastante diferente e que precisamos considerar em nossas análises.

As mudanças não estão presentes apenas no aparato repressivo estatal, mas também nas diferentes formas de resistências que são construídas durante esse processo histórico. Um exemplo é o fortalecimento dos movimentos negros, sobretudo do feminismo negro, cujas contribuições nos fazem rever a história e as práticas feministas anteriormente colocadas. Devemos também nos atentar ao que as mulheres indígenas estão fazendo, com sua luta anticapitalista que não separa o corpo do território.⁹⁴ Acho importante entender essas novas constelações, novas formas de luta e de fazer política.

A Janaína falou sobre a questão da pluralidade dos “feminismos”, penso que é um termo que está em disputa. E considero importante participar desse debate, porque temos a Simone Tebet pregando a igualdade salarial entre homens e mulheres, apresentada muitas vezes como “feminista”, mas, ao mesmo tempo, ela se coloca contra a população indígena no sul do Mato Grosso do Sul, uma população formada por muitas mulheres em resistência, como a Kuñangue Aty Guasu – a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani. Precisamos evitar cair em algumas armadilhas e entender que são termos,

⁹⁴ Sobre esse tema, sugerimos o seguinte texto da autora: TEGA, Danielle. Insurgências feministas ecossocialistas: um debate a partir do corpo-território. *Nuevamérica*, Buenos Aires, v.3, p.45-50, jul-set 2023. Disponível em: <<http://www.novamerica.org.br/ong/?p=2611>>. Acesso em 26 de novembro de 2023.

conceitos e lutas que estão em disputa. Esse “feminismo liberal” procura nada mais do que uma distribuição igualitária em certa escala de liderança para continuar a exploração, para manter a opressão social.

J.A.T.: O Éricles fez o seguinte comentário: Quando você fala sobre essa associação entre a puta e a mulher guerrilheira, lembramos de como, na atualidade, a mulher de luta, feminista ou de esquerda, que prega uma política de igualdade, essas mulheres são consideradas vulgares, que têm o objetivo de destruir os bons costumes. Ele observa a existência de um paralelo entre passado e presente, assim como no anticomunismo presente na época do golpe e durante a ditadura, e a mensagem anticomunista da atualidade. Uma pesquisa recente mostra que 44 % das pessoas consideram que o Brasil sofre o risco de enfrentar uma nova onda comunista.

Bruna Lopes faz a seguinte pergunta: “As mulheres passaram por tipos de violências específicas. Durante a minha pesquisa de TCC, cujo foco era a militância das mulheres no movimento estudantil, pude ler relatos sobre a discriminação sofrida na militância, reforçando os papéis tradicionais de gênero. Essas mulheres foram fundamentais para reivindicar a memória dos desaparecidos políticos, por exemplo. Na sua trajetória acadêmica, quais foram os desafios que teve de enfrentar por tratar da história e das memórias dessas mulheres?”

D.T.: Agradeço ao Éricles pela pergunta e vou tentar expor alguns pontos que ficaram superficiais em minha apresentação. No período ditatorial, as mulheres que resistiram eram consideradas duplamente subversivas. Primeiro, porque tal como os homens, elas lutavam contra a ditadura. Se os homens eram denominados terroristas, as mulheres também eram consideradas terroristas pelo Estado ditatorial. Mas, ao participar de grupos de esquerda, de grupos armados e revolucionários ou de partidos clandestinos, essas mulheres saíam do lugar convencionalmente atribuído ao chamado gênero feminino: o papel de “belas, recatadas e do lar”. Tudo bem se elas fossem para a rua participar de atos como as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, as quais contaram com a presença de muitas mulheres, que, inclusive, obrigavam suas empregadas domésticas a comparecer para dar volume às passeatas. De acordo com a direita, essa participação foi tida como positiva, porém, quando as mulheres se colocaram contra a ditadura, o mesmo

não ocorreu. Por isso, elas foram consideradas duplamente subversivas. Além de terroristas ou guerrilheiras, elas subverteram as convenções de gênero da época, então eram apontadas como putas, vagabundas ou prostitutas. Claro que esses termos eram usados de forma bastante depreciativa, com o sentido de desqualificar essas militantes.

Isso tem ligação com o contexto atual e a maneira pela qual as práticas e os discursos anticomunistas incorporaram os discursos antimulher, antigênero e antifeminista para, assim, se atualizar. Essa questão é reforçada com a presença significativa de *incels*, *redpills* e outros grupos que enaltecem certa representação do masculino, vinculando-o à virilidade, tal como o militarismo já o fazia. Não se trata, portanto, de uma questão individual: algumas pesquisadoras fizeram o mapeamento desses grupos e estabeleceram as conexões entre eles e o fortalecimento da extrema direita no Brasil e no mundo. Não à toa, tem ocorrido uma série de ataques a direitos conquistados com muito esforço e muita luta em vários países. Nos Estados Unidos, por exemplo, houve um enorme retrocesso quanto à lei do aborto. Sobre o mesmo tema, no Brasil, são enormes as dificuldades enfrentadas por meninas e pessoas que engravidam para acessar o aborto nos casos garantidos por lei.⁹⁵ Concordo que há um vínculo muito forte com o passado recente. A extrema-direita se mantém forte, sobretudo, porque incorpora esse discurso masculinista, antimulheres e antiLGBT de maneira sistemática.

Vou responder a Bruna Lopes, que fez novas perguntas. Em relação às violências específicas sofridas pelas mulheres na tortura: eu apresentei alguns relatos aqui, mas eles não dão conta de tudo. Vale a pena recordar que esses relatos são difíceis de serem encarados, por isso costumo avisar que pode gerar algum tipo de gatilho traumático. Além disso, pode ser uma linha muito tênue entre certo *voyerismo* no sentido de relatar uma situação específica de tortura com determinados detalhes e a preocupação ética de exposição de quem passou por essa situação. O que não significa que eu não trate do tema, afinal, muitas dessas mulheres que relataram ou escreveram sobre isso, o fizeram como uma forma de denúncia. Elas não querem manter segredo em relação a essas questões, mas acho que essa abordagem deve estar cercada de uma preocupação ética ao trazer esses relatos ao público.

⁹⁵ Sobre esse tema, sugerimos o seguinte texto da autora: TEGA, Danielle; MASTROPAOLO, Josefina. Legalização do aborto: mais que uma pauta moral. *Margem Esquerda*, v. 40, p. 25-30, 2023.

Temos questões, relatos e denúncias a respeito da introdução de animais no ânus, na vagina, de choques elétricos em zonas consideradas erógenas e de violências específicas quando estavam menstruadas. Tem um relato no filme “Que bom te ver viva” muito forte, no qual a militante conta sobre a calça suja que era obrigada a vestir, quando estava menstruada, o que tornava a situação de tortura ainda mais agressiva. Há também relatos de violências que ocasionaram episódios de aborto, de estupros que levaram à casos de gravidez e de sequestros de bebês após o nascimento, tanto no Brasil quanto na Argentina. Falar da tortura em mulheres, dessas questões do corpo, do estupro, da violência de gênero, da violência sexual, não é minimizar as torturas pelas quais os homens passaram, mas entender essas experiências a partir de uma dupla perspectiva sobre a questão de gênero na situação de tortura.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, quando um corpo masculino é violado, um dos primeiros passos adotados pelos torturadores é chamar esse homem de “mulherzinha”. A questão de gênero está presente aí. O torturador trata aquele corpo como o de uma mulher para poder se apropriar dele, torturá-lo e desmontá-lo. Uma segunda questão a ser destacada é que essas violências não fazem parte apenas de uma conduta individual de torturadores específicos que tenham “extrapolado os limites”. Os testemunhos dão conta de demonstrar que o aparato regressivo era generificado, ou seja, estruturado a partir do gênero. A repressão das ditaduras estabelecidas, sobretudo, na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai era estruturada pela questão de gênero, como comprovam diversas pesquisas realizadas sobre os Terrorismos de Estado que operavam nesses países.

A pergunta feita sobre a discriminação na militância, penso que comentei um pouco desse tema no início, ao observar que muitos relatos dão conta dos preconceitos machistas que as militantes sofreram. Vale lembrar que, quando as discriminações ocorreram, elas não eram necessariamente evidentes para as militantes, vindo a se tornar relevantes a partir do trabalho de memória feito por elas ao relatarem a respeito dessas experiências. Os casos de machismo aparecem em muitos testemunhos, que narram momentos nos quais elas sofreram um tratamento diferente por serem mulheres. Há uma história que sempre comento, que consta de um livro argentino, no qual a militante relata que era a responsável pela ação que estava sendo debatida no aparelho (local de esconderijo dos militantes). Ela morava na mesma casa na qual o grupo estava reunido

para definir o que cada um faria na ação. Nesse momento, o companheiro dela foi fazer o café. Ela relata que isso parecia maravilhoso, uma organização com uma visão de gênero igualitária, todos tinham direitos iguais. Havia ali uma mulher comandando a ação, enquanto um homem fazia o café. De repente, ela escuta o companheiro gritar da cozinha: “Amor, onde está o açúcar?” [risos]. Como a gente vai fazer a revolução se o companheiro não sabe nem onde está o açúcar na própria casa? Esses relatos foram realizados em momentos nos quais essas mulheres já haviam passado por outras experiências e conseguem identificar que aquelas vivências não tinham um sentido igualitário. A militância para elas era algo muito contraditório.

Sobre os desafios da pesquisa perguntados pela Bruna, penso que um dos maiores foi encontrar as fontes. Os livros, os filmes, as poesias, a peça de teatro, são materiais que, com raras exceções, não foram publicados por grandes editoras ou produzidos por grandes produtoras cinematográficas. Por exemplo, o livro “O que é isso companheiro?”, escrito por Fernando Gabeira e publicado originalmente em 1979, teve inúmeras edições e chegou a ter um filme nele baseado, com mesmo título, produzido pela Globo Produções e lançado em 1997. Ao passo que os relatos com os quais trabalhei, muitas vezes, foram feitos naquelas editoras pequenas ou em “edições do autor”, ou seja, a própria autora pagava uma gráfica para editar e imprimir seu livro.

Muitas gastaram dinheiro do próprio bolso para poder fazer circular seus testemunhos. Esse é o caso do livro da Derlei de Luca, o qual considero particularmente interessante e gosto muito da forma como ela trabalha o seu testemunho em diferentes temporalidades. Mas ela teve de pagar do próprio bolso para fazer circular esse relato, assim como várias outras autoras-militantes. Nesse contexto, diversas vezes eu ouvia falar de um livro, procurava e não encontrava. Na época, eu ainda tinha rede social e tentava encontrar a autora pelo Facebook para poder mandar uma mensagem, a fim de saber se havia algum exemplar sobrando. Consegui comprar alguns materiais, mas acho que esse aspecto se tornou um grande desafio.

Note-se que, diferentemente do que normalmente é colocado, ou seja, que as mulheres não escreveram, pude constatar o contrário: elas escreveram e tentaram publicar suas memórias, mas havia uma condição material específica posta, com muitas dificuldades de financiamento e acesso a recursos que possibilitariam outro tipo de circulação de suas obras. Além disso, há o recorte racial, pois apenas um dos testemunhos

localizados foi escrito por uma mulher negra. Isso revela obstáculos concretos que impedem a produção e a circulação dessas memórias, desses livros e testemunhos. E por esse motivo tenho afirmado, desde o término da minha pesquisa, que o levantamento apresentado não está completo, pois acredito que nem todos os testemunhos produzidos conseguiram espaços para circular.

J.A.T.: Bruna Farinazo pede para você comentar a respeito do filme “Que bom te ver viva”. Ela considerou particularmente forte a mensagem da personagem da Irene Ravache ao comentar sobre o momento em que as pessoas, especialmente os homens, descobrem que ela sofreu abuso sexual.

Nesse sentido, gostaria que você aprofundasse a análise sobre a questão do que é específico na tortura da mulher. Esse é um tema tocado superficialmente pela Comissão Nacional da Verdade, um assunto mais complexo do que a abordagem apresentada no relatório da CNV. Penso que no universo acadêmico, o tema está um pouco mais desenvolvido, mas permanece um assunto a ser aprofundado.

Menciono como exemplo, o livro da Pilar Calveiro, uma sobrevivente da ESMA⁹⁶ na Argentina, denominado “Poder e Desaparecimento”, no qual ela trata da sobrevivência nos campos de concentração, baseada na sua experiência e na de tantos outros. No livro, ela afirma que homens e mulheres foram violentados na Argentina. No Brasil, porém, as pessoas não comentam a respeito. Creio que no livro “Brasil: Nunca Mais” não aparecem relatos sobre homens terem sido estuprados. Parece-me que na literatura sobre a história da ditadura militar brasileira esse tipo de relato não aparece, assim como nos depoimentos que recolhi na pesquisa. Na construção da memória social sobre o período ditatorial, penso que esse tipo de relato aparece de maneira muito diferente no Brasil e na Argentina.

O corpo feminino é tratado tradicionalmente como algo coisificado do ponto de vista sexual. A tortura coisifica homens e mulheres e, para poder continuar torturando, o torturador deve encarar a vítima de tortura não como pessoa, mas como subversivo, terrorista, ou seja, como uma coisa e não um ser humano. O corpo feminino é tradicionalmente coisificado, tal como você já mencionou. No âmbito da sexualidade, sobretudo, entrelaçam-se nesse tema dois aspectos, a negação do que a mulher deseja ou

⁹⁶ A Escola de Mecânica da Armada (ESMA) foi o maior centro clandestino de detenção, tortura e extermínio da ditadura militar argentina.

sente e da negação do seu corpo. Por outro lado, lembrou-se aqui o depoimento da Amelinha, que afirma o quanto os torturadores, na sua maioria homens, sentiam-se amedrontados com as mulheres na tortura. Esse corpo coisificado, frágil, tinha condições de enfrentá-los. Nesse sentido, gostaria que você aprofundasse a análise dessa questão. E, se possível, comente sobre como as mulheres lidaram com os abusos sexuais depois da prisão, tendo em vista que muitas não falaram sobre isso ou demoraram para relatar a respeito.

D.T.: Voltarei ao filme “Que bom te ver viva”, a fim de abordar esses temas. Penso que o filme relata a dificuldade de uma mulher se sentir enquanto um corpo desejável e desejante novamente, após uma experiência tão traumática como a tortura. Ao mesmo tempo, traz algumas cenas muito belas sobre esse tema, por exemplo, no trecho em que a Irene Ravache olha para o espelho com as costas nuas, com um vestido. Por ser uma cena de um filme, é um elemento que não podemos desprezar. Ou seja, além do que é falado, há também a dimensão imagética que compõe o filme. Vejo aí a beleza e o potencial do filme enquanto narrativa, mas queria ressaltar também o próprio título, “Que bom te ver viva”. Na minha pesquisa de mestrado analisei esse filme e visitei a Cinemateca para investigar os materiais guardados a seu respeito. Lá, encontrei o roteiro do filme, no qual o título original era “Mulheres torturadas”. Depois, o título mudou para “Que bom te ver viva”. Essa mudança não significa que o filme tenha deixado de colocar ênfase na questão da repressão e da tortura. Minha hipótese é que essa mudança resulta do trabalho de memória feito durante a construção do próprio filme.

E talvez haja sentido nessa mudança de título, porque o título definitivo do filme tenta dar conta, ao mesmo tempo, dos limites, das culpas e vergonhas que envolvem um corpo sobrevivente da tortura, mas também de ver esse corpo em movimento, em um processo de reconhecimento para além de um corpo torturado. O filme mostra esse movimento e essas ambiguidades, revela como há muitos aspectos envolvidos nesse tipo de experiência. Nas falas das mulheres que participam desse filme, elas expressam o quanto a terapia representou um processo fundamental, ou a importância dos encontros com as amigas, ou, ainda, outras saídas que encontraram nas tentativas de se ajeitar no mundo, como a maternidade. Esse filme da Lucia Murat foi produzido em 1988 e lançado em 1989, poucos anos após o término da ditadura, portanto. Nesse período, ainda não

havia o projeto Clínicas do Testemunho, no qual algumas dessas questões, talvez, puderam ser aprofundadas.

Não estudei de maneira sistemática alguns dos temas que você propõe, Jana, mas, certamente, podemos debater mais a respeito. Se a questão da culpa e da vergonha, por exemplo, está muito presente nos relatos das mulheres, em um país extremamente machista como o Brasil, também não é nada fácil para um homem expor que foi torturado, violado e estuprado. O fato de termos poucos depoimentos relacionados a esse tema comprova o quanto é machista nossa sociedade, que impõe aos homens certas convenções de masculinidade, como a virilidade, ou como conhecemos na expressão “homem não chora”. Ainda sobre esse tema, gostaria de mencionar um relato do livro “Memórias do esquecimento”, do jornalista Flávio Tavares, no qual ele narra um sonho que teve na prisão, no qual seu pênis vai se desenroscando do corpo. Esse relato mostra que há diversas formas de narrar essas violências que atravessaram esses corpos torturados. Nem sempre os relatos vão expor de maneira direta ou com pormenores uma situação de violência sexual, inclusive, entre as mulheres. Nos testemunhos construídos em forma de poesia, por exemplo, a questão da violência sofrida está muito entrelaçada nas linhas construídas em cada poema e o tema fica no limite entre o esconder e o expor.

Nesse sentido, lembro-me de que, no início da minha pesquisa de mestrado, participei de um evento na UFSC sobre gênero, mulheres e ditadura, organizado pelo LEGH. Este evento me marcou bastante, pois havia a participação de mulheres que haviam militado, outras que haviam sido presas, além de familiares de pessoas mortas e desaparecidas da ditadura. Ao lado delas, havia a participação de pesquisadores e pesquisadoras, tentando dar conta de suas investigações. Em determinado momento, uma pesquisadora pediu a palavra e disse que havia poucos relatos de tortura de homens e de mulheres e que seria importante fazer um estudo sistemático a partir de um formulário, no qual as pessoas pudessem preencher detalhando as violências sofridas. Uma parte das pesquisadoras presentes retrucou, mostrando que essa proposta não era nada razoável, e a querida Susel Oliveria da Rosa, atualmente professora da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), fez uma fala muito precisa. Em outras palavras, ela disse que era necessário considerar as questões éticas e políticas envolvendo esse tipo de pesquisa, pontuando que não era possível fazer uma investigação dessa forma, pois não podemos exigir, de quem sobreviveu, um testemunho apenas para dar conta das nossas pesquisas. Exigir o

preenchimento de um formulário representa exercer uma nova violência, pois as torturas sofridas não cabem em uma tabela ou em um questionário.

Compartilho esse evento com vocês porque considero importante que também adotemos uma postura ética e política em relação aos temas sobre os quais estamos estudando – e essa postura se relaciona com o recorte e a metodologia de nossas investigações, pois também somos atravessadas por nossas subjetividades quando realizamos nossas pesquisas.

J.A.T.: Danielle Tega agradeço muito, em nome de todas e todos, pela sua disponibilidade em participar desta conversa mais do que especial. Muito obrigada e até breve.

D.T.: Eu é que agradeço. Muito obrigada pelo convite!

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Ausências incorporadas: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. 3 vol. Brasília: CNV, 2014.

JELIN, Elizabeth. El género en las memorias de la represión política. *Mora – Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*. Buenos Aires, n.7, 2001, p.128-137.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. As relações de Gênero entre mães e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência. *Labrys - estudos feministas*. Paris/Montreal/Brasília, jan-dez 2009. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/leo.htm>. Acesso em 26 de novembro de 2023.

TEGA, Danielle. *Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2019.

TEGA, Danielle. *Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Unesp, 2010. Disponível em: <https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/mulheres-em-foco/>. Acesso em 26 de novembro de 2023.

TEGA, Danielle. Insurgências feministas ecossocialistas: um debate a partir do corpo-território. *Nuevamérica*, Buenos Aires, v.3, p.45-50, jul-set 2023. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/ong/?p=2611>>. Acesso em 26 de novembro de 2023.

TEGA, Danielle. História impertinentes: memórias políticas de mulheres no Brasil (1978-2014). *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v.23, n.42, p.109-133. jul./dez.221.

TEGA, Danielle; MASTROPAOLO, Josefina. Legalização do aborto: mais que uma pauta moral. *Margem Esquerda*, v. 40, p. 25-30, 2023.

TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

TELES, Janaína de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por 'verdade e justiça' no Brasil*. Dissertação de Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de esquerda: marxismo, memória e história*. Tradução de André Bezamat. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

Recebido em: 30/09/2023
Aprovado em: 30/11/2023



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*